



CRIANÇAS PEQUENAS TERENA: REENCONTROS ANCESTRAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Terena small children: ancestral meetings in pandemic times

Mirian Lange **NOAL**
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil
miriannoal@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3578-8032> 

Denise **SILVA**
Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Miranda, Mato Grosso do Sul, Brasil
denisemiranda83@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4558-7100> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

A pandemia, provocada pela Covid-19, tem provocado complexas e contraditórias reações, gestadas pelo cerceamento das liberdades. Os tempos e os espaços urbanos se mostram apartados de significados e, ao mesmo tempo, são absolutizados. E nas aldeias indígenas? Como esse momento está sendo vivido? Como as crianças estão passando por esses tempos? Seus cotidianos mudaram? Este texto tem como objetivo registrar as narrativas vividas e construídas com crianças pequenas indígenas residentes em quatro aldeias Terena de Miranda (MS): Cachoeirinha, Babaçu, Lalima e Passarinho. A pesquisa tem inspiração na antropologia da infância e se fundamenta em observações, conversas e registros, com o apoio e a mediação de mães, pais, avós, professoras, professores e lideranças indígenas. Parte do pressuposto de que há tempos, espaços e sabedorias ancestrais, presentes no cotidiano das aldeias, que trazem questionamentos e jeitos outros de viver essa inquietante e exigente experiência. Há riscos. Há ensinamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças pequenas indígenas. Terena. Saberes ancestrais. Pandemia. Políticas públicas.

ABSTRACT

The pandemic caused by Covid-19 has provoked complex and contradictory reactions, generated by the deprivation of freedom. Urban times and spaces are separated from meanings and, at the same time, are absolutized. And in the indigenous villages? How is this moment being lived? How are young children going through these times? Have your daily lives changed? This text aims to register the narratives lived and constructed by young indigenous children living in four Terena from Miranda villages (MS): Cachoeirinha, Babaçu, Passarinho and Lalima. The research is inspired by childhood anthropology and is based on observations, conversations and records, with the support and mediation of mothers, father, grandparents, teachers and indigenous leaders. It starts from the assumption that there are ancestral times, spaces and ancestral wisdom, present in the daily life of the villages, which bring questions and other ways of living this disturbing and demanding experience. There are risks. There are teachings.

KEYWORDS: Indigenous small children. Terena. Ancestral knowledge. Pandemic. Public policy.

INTRODUÇÃO: CENÁRIOS TERENA

E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. (KRENAK, 2019, p. 13).

Apresentamos, neste texto, reflexões, apoiadas em pesquisa realizada em quatro aldeias indígenas, localizadas no município de Miranda, Mato Grosso do Sul (MS) - Estado brasileiro que possui a segunda maior população indígena do país. O período abrange os meses de março a setembro de 2020, momento no qual vivemos os desafios do isolamento físico e social. Provocada pela Covid-19, a pandemia chegou ao Brasil sem pedir licença. Foi interferindo nos cotidianos pessoais, familiares, profissionais e sociais - nos campos e nas cidades.

Em MS, as comunidades indígenas tiveram seus cotidianos afetados e suas liberdades cerceadas. As crianças viveram e vivem esses momentos de mãos dadas com seus parentes que, historicamente, sem atenção das políticas públicas, foram e estão expostos à contaminações e mortes. As escolas fechadas e as barreiras sanitárias - instaladas nas entradas das aldeias e mantidas por voluntários -, não foram suficientes para se contrapor à precariedade do sistema sanitário e das políticas públicas de saúde. A pandemia evidenciou, com maior concretude, a ausência de atendimento aos direitos cidadãos (individuais e coletivos), legitimados no texto constitucional (BRASIL, 1988). A doença se alastrou, contaminou, matou. Experiências, conhecimentos e sabedorias foram enterrados junto com os corpos. Resiliência e esperar defenderam vidas e preconizaram a continuidade do estradar indígena.

Apesar das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), fundamentadas em pesquisas realizadas por profissionais de diferentes áreas, continuamos à deriva e sob a pressão dos ditames da economia neoliberal financista, fundamentada no Estado mínimo (SANTOS, 2020). Nesse contexto, e com tantas desigualdades sociais e econômicas, os cuidados preventivos tornam-se praticamente impossíveis para parte da classe trabalhadora, incluindo as comunidades indígenas.

Reconhecemos a nossa extensão continental, a pluralidade cultural e as desigualdades estruturais que diferenciam o Brasil de outros países, nos quais a pandemia chegou antes e que, hipoteticamente, poderiam ter fornecido subsídios para a atuação dos governos locais (federal, estaduais e municipais). No entanto, esse perverso percurso não acontece por acaso, faz parte de históricas e disfarçadas estratégias de extermínio, focadas nos grupos sociais que causam "prejuízos" ao capital: velhos; indígenas; presos; refugiados e outros. Com essa compreensão,

avaliamos que a pandemia tem se configurado como uma nova estratégia de dizimação das populações indígenas do Brasil. Temos acompanhado, com muita apreensão, a morte de lideranças que buscam na cidade o apoio para as suas comunidades e se expõem ao vírus; de anciãs e de anciãos que são bibliotecas vivas desses povos e que, ao morrerem, levam consigo conhecimentos que não estão devidamente registrados e que se perdem. Nesses processos, nosso planeta Terra fica ainda mais vulnerável.

Historicamente, como ressalta Krenak (2019, p. 7-8): “A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível.” No entanto, passados mais de quinhentos anos, torna-se evidente que as culturas impostas pelos processos colonizadores mais destruíram do que contribuíram com a vida e a natureza. Nesses anos de contato, as comunidades indígenas brasileiras sabem que a correlação de forças é desigual, que as concepções de humanidade são antagônicas (KRENAK, 2001).

A pandemia, com suas exigências, tem evidenciado os equívocos de algumas escolhas feitas ao longo dos anos, principalmente a artificialidade da vida urbana, o consumismo e a destruição da natureza. Nesse processo, os tempos e os espaços urbanos se mostraram apartados de significados e, ao mesmo tempo, foram absolutizados. Em casa, desejos de sair. Nas ruas, vontades de voltar rapidamente ou de retardar o retorno, ultrapassando os limites da prevenção individual e coletiva. Esse rastro de contradições evidencia que há aprendizagens necessárias para quem assim tem pensado e agido, para quem tem se curvado aos processos “civilizatórios” de nascentes colonizadoras - agravados pelo neoliberalismo financeiro -, se negando a reconhecer as sabedorias indígenas que estão ao nosso dispor, mas invisibilizadas.

E nos campos? E nas aldeias indígenas? Se observadas as questões geográficas e as dinâmicas familiares, há algumas características que facilitam passar por esses momentos - os espaços são mais amplos, as atividades econômicas são desenvolvidas nas proximidades das casas, as crianças participam ativamente dos cotidianos. No entanto, historicamente, há descaso das políticas públicas brasileiras com as comunidades indígenas que se tornam mais visíveis nesse momento. Suas vulnerabilidades se mostram, gerando preocupação mundial com as vidas ameaçadas. Há campanhas e ações de apoio organizadas pela sociedade civil, há organizações internas de proteção e de cuidado.

O Brasil - indígena, quilombola, ribeirinho, campestre -, foi por séculos o país das roças e da colheita dos frutos ofertados pela natureza, da caça e da pesca. Da vida livre

e nômade. No entanto, as escolhas políticas e econômicas dominantes, a partir de 1970, foram empurrando as populações para as cidades e para o urbano (ROLNIK, 1988; SANTOS, 1993). Nesse momento, em meio ao caos estabelecido, há saberes indígenas ancestrais, construídos ao longo de séculos, em harmonia com a natureza, que trazem maneiras outras de viver, de se relacionar, de se cuidar, de se curar coletivamente. Há experiências coletivas que podem amenizar esses momentos e indicar trilhas a seguir. Há cosmovisões que gestam unicidade no viver cotidiano e que nos conduzem ao pressuposto de que há tempos, espaços e sabedorias que trazem questionamentos e jeitos outros de viver essa inquietante e exigente pandemia. Há riscos. Há perdas. Há ensinamentos.

A pesquisa efetivada se propôs a olhar para esses contraditórios cenários que, em suas aparentes fragilidades, carregam a sabedoria e a coragem de quem sobreviveu aos mais perversos e violentos ataques dos processos colonizadores. Como esse momento está sendo vivido nas aldeias indígenas localizadas no município de Miranda (MS)? Os saberes ancestrais estão sendo acionados? Quais ações estão sendo implantadas e implementadas pelas políticas públicas? O que cada coletivo está fazendo para minimizar os efeitos da pandemia? Como as crianças pequenas Terena estão vivendo esses tempos? Seus cotidianos mudaram? Estão tendo acesso aos direitos cidadãos preconizados no texto constitucional e legislação específica?

Este texto tem como objetivo geral registrar as narrativas vividas e construídas por crianças pequenas indígenas residentes em quatro aldeias Terena localizadas no município de Miranda (MS), durante o período de março a setembro de 2020, com a mediação de pesquisadoras e pesquisadores locais.

A pesquisa tem inspiração na sociologia e na antropologia, também em estudos realizados com as infâncias que, como concepções metodológicas, sugerem a permanência das pesquisadoras por espaços alargados de tempo nos campos de pesquisa, para observar e ouvir as crianças em seus cotidianos. É uma proposta metodológica tecida na leveza, na delicadeza e na fluidez. No entanto, considerando a pandemia e a impossibilidade de estar nas aldeias, não conseguimos estar presencialmente com as crianças. Nessas circunstâncias, recorreremos ao apoio e à mediação de mães, pais, avós, professoras, professores e lideranças indígenas para que, por meio do *WhatsApp*, compartilhassem percepções, observações e conversas com as crianças. Nesse percurso, potente e desafiador, elaboramos um roteiro de perguntas que foram repassadas para as coautoras e os coautores da pesquisa. As narrativas chegaram oralmente e coube a nós transcrever e elaborar os registros

escritos. Nossas experiências anteriores, de estar com crianças indígenas em seus tempos e espaços, facilitou esse exercício, mas não o tornou menos exigente. Ao final, fomos presenteadas com narrativas de crianças que trouxeram os jeitos brincantes e livres do viver indígena. Agradáveis surpresas do exercício de estar abertas para o campo de pesquisa e a potência dos seres que nele habitam.

Compreendemos a pesquisa aqui compartilhada, provocada pelo convite para compor esse dossiê, como uma ousadia que exigiu ultrapassar nossas habituais experiências para desenhar jeitos outros de estar em campo. O precário acesso à internet e a relativa qualidade dos equipamentos foram superados pelo desejo de fazer esse registro. As pesquisadoras e os pesquisadores indígenas sabem que essa visibilidade potencializa e fortalece as suas lutas, as suas reivindicações, as suas culturas. Nós, agradecemos por mais aprendizados e mais esperar.

O momento pelo qual estamos passando tem questionado nossas certezas e gestado flexibilizações em nosso viver cotidiano - familiar, social e profissional. O que era referência se diluiu e estamos buscando maneiras outras de redesenhar nossos fazeres e nosso estar no planeta Terra. A pesquisa efetivada faz parte desse processo. Apresenta esse novo jeito de pesquisadoras se fazerem presentes nos campos de pesquisa com a extensão de olhos, ouvidos e percepções de mulheres e homens outros e, por isso, a compreendemos como uma metodologia que se teceu na confiança e na abdicação de um *status* do qual fizemos uso durante anos, como pesquisadoras.

Nesse percurso, nos reencontramos com a pesquisa participante, como o desafio e a experiência de compartilhar saberes com quem nas aldeias vive, com conhecimentos e experiências poucas vezes reconhecidos em estudos científicos: “Uma gente aliada, [...], àqueles para quem a pesquisa participante - onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes - pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular” (BRANDÃO, 1981, p. 11). Com consciência histórica, social e política, compartilhamos os achados da pesquisa, no constante e essencial esperar freireano - (FREIRE, 1986, 2014).

SER TERENA EM MIRANDA (MS)

Há uma história de Mato Grosso do Sul que insiste repetidamente que não há história de povos indígenas na região, ou seja, que essas populações, se alguma vez existiram, ou já não estão ali, ou delas só ficaram alguns restos cujo destino seria sua dissolução num conjunto maior que se chama população sul-mato-grossense. Estariam condenados a não ser. De outro lado, os povos indígenas

afirmam o contrário: que querem ser o que são e que precisamente por isso ainda o são. (MELIÀ, 2018, p. 16)

As crianças são concebidas, gestadas, nascidas e educadas em determinados contextos concretos que são: históricos; étnicos; culturais; sociais; econômicos etc. Nos processos de relações culturais e sociais, com a mediação da materialidade da vida cotidiana, vão se constituindo de diversificadas maneiras, pertencendo a um coletivo familiar e social, mas também como singularidades. São influenciadas pela cultura, mas atuam e interferem nos ambientes, se relacionam socialmente e, nesses percursos, constroem e reconstroem as culturas para satisfazer necessidades e desejos (FARIA; DEMARTINI; PRADO, 2002). Nos processos históricos e sociais, impregnados de preconceitos e de violências às culturais originárias, novas necessidades surgem.

Portanto, não existem culturas intocadas, mas "híbridas" (CANCLINI, 1997), provocadas, questionadas e influenciadas pela "circularidade cultural" (GINZBURG, 1987). A hibridez cultural, estudada por Canclini (1997), gesta diferenciados diálogos entre as culturas - erudita, popular, de massas - resultando em algumas fusões do que antes era separado, gerando jeitos outros de ser e de viver. Para Ginzburg (1987), há uma relação dinâmica entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas, com tênue linha divisória e, portanto, essas culturas se imbricam no viver cotidiano. Essa circularidade ressalta a inexistência de limites estanques, pois ocorrem movimentos circulares de recíprocas influências. Nas duas concepções, a expansão urbana e a chegada das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), nas comunidades indígenas, têm gestado transformações culturais que, sem negar as históricas raízes, apontam para questionadoras influências.

Com essa compreensão, para situar a pesquisa realizada, apresentamos camadas dos tempos históricos das comunidades Terena, região de Miranda (MS), mas com a ressalva da transitoriedade a qual essas culturas estão expostas. Nesse percurso, usaremos a terminologia saberes e sabedorias ancestrais, por compreendermos que o termo tradicional já não é o mais adequado - pois aconteceram transformações e adequações, por necessidades de sobrevivência, desejos individuais e coletivos ou por influências e imposições externas. Reconhecemos uma tradição histórica que foi passando de geração a geração, pelos fazeres das experiências e pela oralidade, mas com a compreensão de que há intervenções e influências da "sociedade culturalmente predominante" (NOAL, 2006), sendo que os modos de ser e de viver não permanecem intactos, pois, como apresenta Cunha (1986, p. 99): "A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde

simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste”.

As crianças vivem traços da etnia e da ancestralidade Terena. Paralelamente, cada uma, em suas singularidades e materialidades, estabelece relações, cria e recria a própria cultura. Nessa concepção, não existe a criança, mas as crianças Terena. No contraditório e complementar, entre coletivo e singular, ressaltamos que essas crianças trazem memórias que reafirmam a transgressora resistência de suas ancestralidades que, após o término da Guerra do Paraguai (1864-1870), lutaram corajosamente pela retomada de seus territórios (MOURA e ACÇOLINI, 2018, p. 252). Paralelamente, trazem a potência do novo, do que se quer diferente, dos horizontes que desafiam.

No entanto, apesar de tantas lutas e de manterem seus traços culturais, a força do poder político, submetido ao econômico, tornou a situação dos Terena precária, obrigando-os, para sobreviverem, a trabalhar nas fazendas, a ficar nos arredores dos pequenos vilarejos ou a migrarem para outras regiões. Nesses processos, foram se adaptando e estabelecendo novos jeitos de viver. Esses processos invasivos e destruidores gestaram significativas alterações na vida Terena, como evidenciam Moura e Acçolini (2018, p. 257):

Algumas interferências humanas foram desastrosas para o modo de ser e de existir Terena. Um exemplo disso foi a paulatina devastação do cerrado, que produzia guavira, jabuticaba, bocaiúva, goiaba doce e goiaba araçá, frutas das quais os indígenas se alimentavam. Além disso, as coletas nas matas do entorno das reservas proporcionavam sociabilidade entre eles, que se organizavam em grupos para realizar a incursão. O desmatamento das fazendas pelas quais circulavam provocou ainda a fuga dos animais de caça para outros lugares, bem como contribuiu para o desaparecimento da maioria dos córregos, vazantes e minas. Os Terena foram aos poucos ficando confinados em suas áreas e tiveram de reorganizar todo o seu modo de conviver uns com os outros e com a natureza.

As cercas, arbitrariamente colocadas, têm impedido a liberdade dos indígenas para adentrar nas matas, colher frutos, caçar, pescar, tomar banho de córregos e rios. As mulheres e os homens Terena só perceberam o que estava acontecendo quando começaram a ser impedidos de circular por suas ancestrais terras. A língua dominante foi usada sobre elas e eles com a intenção de cooptar e de enganar. Oliveira (1976, 2000) ressalta que a predominância do discurso hegemônico dificulta e, às vezes, inviabiliza a compreensão do que se diz nas interações índio e não índio. As experiências colonizadoras evidenciaram que precisavam se constituir interlocutoras e interlocutores com habilidades para compreender as palavras que compõem os discursos que chegam de fora e as reais intenções de quem fala. Essa constatação explica a busca crescente

de dominar a língua portuguesa, que veicula o discurso hegemônico. Não é um percurso acessível e fácil de se efetivar, as escolas têm contribuído.

No decorrer do tempo, mesmo com tanto assédio e tantas perdas, os Terena se mantêm resistentes e seus traços culturais ainda se fazem presentes nos cotidianos das aldeias. Transgridem as ordens e atravessam as cercas que não são reconhecidas por suas culturas originárias; relativizam aspectos da cultura dominante; fazem suas rezas, cantam e dançam suas ancestralidades, contam histórias e lendas (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000). As dificuldades e as violências, na leitura das contradições, ao mesmo tempo em que enfraqueceram aspectos culturais, reforçaram as organizações e potencializaram as reivindicações. Os Terena sobrevivem, também perecem.

No último censo (IBGE, 2010) a população de Miranda (MS) era de 5.595 pessoas, sendo que a estimativa para 2020 é de 28.220 pessoas¹. Desse total, de acordo com os dados de 2020, divulgados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai, Ministério da Saúde)², há 8.793 pessoas vivendo em três Terras Indígenas (Cachoeirinha, Lalima, Pílad Rebuá), organizadas em oito aldeias, legalmente demarcadas. Há também a comunidade Mãe Terra, em processo de demarcação. As quatro aldeias, campos da pesquisa, são das mais populosas: Passarinho (1.467 pessoas); Babaçu (760 pessoas); Cachoeirinha (sede, 1.779 pessoas); Lalima (1.728 pessoas).

Para além do número de habitantes, há diferenças significativas entre uma aldeia e outra, constituídas por fatores internos e externos, embora existam traços culturais que as identificam como partes de um coletivo. Ressaltamos que essas configurações são históricas e, portanto, dinâmicas. A situação da pandemia alterou essas organizações, a educação indígena, as dinâmicas familiares e a vida das crianças.

No entanto, ser Terena, nesse momento, apesar de estarem submetidas e submetidos às mesmas preocupações de sobrevivência impostas pela economia de mercado - emprego, desemprego, dinheiro, venda de produtos das roças e de artesanatos etc. -, é conviver com modos de ser que questionam a sociedade não índia. Os Terena, com fundamentação na cosmologia ancestral, vivem com foco no presente, recordam os antigos ensinamentos e não cultivam a propriedade individual e o acumular como traços culturais. Nesses contextos, a vida, a doença e a morte também têm significados outros que é preciso reconhecer e considerar.

¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/miranda/panorama> Acesso em: 9 set. 2020.

² Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-indigena> Acesso em: 9 set. 2020.

Nas aldeias pesquisadas há carências, mas há saberes e sabedorias ancestrais que têm fortalecido a vida e trazido coragem para continuar, mesmo quando tudo ao redor anuncia o extermínio. Crianças continuam a nascer e convivem no cotidiano das aldeias, aprendem observando e fazendo suas próprias experiências, em processos educativos nos quais: “[...] o ensino e a aprendizagem ocorrem de forma continuada, sem que haja cortes abruptos nas atividades do cotidiano. [...]. Ensina-se a pescar no rio [...]. Ensina-se a plantar no roçado. Para aprender, para ensinar, qualquer lugar é lugar, qualquer hora é hora...” (MAHER, 2005, p. 84).

As ações pedagógicas originárias dos povos indígenas se fundamentam nos princípios da oralidade, da observação e do fazer coletivamente. Assim se aprende, assim se ensina. Em qualquer lugar, a qualquer momento. De maneira complementar, há flexibilidade para novas situações e novos desafios que possam surgir nos movimentos da vida, pois experimentar e errar fazem parte do aprendizado e, de maneira geral, provocam risos (NOAL, 2006). Para melhor compreender esses jeitos de ensinar e de aprender, se faz necessário conhecer as concepções de Melià sobre a educação indígena e a educação escolar indígena: “A ação pedagógica tradicional integra sobretudo três círculos relacionados entre si: a língua, a economia e o parentesco. São os círculos de toda cultura integrada. De todos eles, porém, a língua é o mais amplo e complexo.” (MELIÀ, 1999, p.12-13).

Para o autor, a língua é recurso para manifestar emoções, para transmitir conhecimentos, para resolver conflitos. Por meio das palavras expressamos aquilo que somos, pensamos, sentimos. A língua é a própria cultura, o próprio ser e os seus jeitos de viver. Quando a língua mãe é negada nas escolas, ocorrem violências que rompem os processos de ensinar e de aprender, vividos pelas crianças com suas famílias e comunidades, atacando o direito à alteridade com a: “[...] imposição de uma língua geral ou nacional, currículo também nacional e professores para os povos indígenas.” (MELIÀ, 1999, p. 14). Essas escolas se distanciam da prerrogativa, em lei, de serem “comunitárias, interculturais, bilíngues/multilíngues, específicas e diferenciadas” (BRASIL, 1988; 1996; 1998). No entanto, os Terena compreendem que a apropriação da língua portuguesa e dos conhecimentos elaborados e organizados historicamente são necessários para as relações com a sociedade envolvente e as reivindicações por melhores condições de vida. Querem escolas, mas as relativizam.

Com esses contextos e pressupostos, compartilhamos os dados da pesquisa. Buscamos, intencionalmente, apresentar as narrativas na estrutura que chegaram para nós. Não pressionamos, não insistimos. Cada uma e cada um respondeu com liberdade,

no seu tempo, a partir de suas percepções e de seus jeitos, singulares e coletivos, de ser e de viver.

A PANDEMIA NAS ALDEIAS TERENA DE MIRANDA (MS)

Para o fortalecimento da democracia, é preciso entender que proteger os povos indígenas é compromisso do Estado brasileiro e não pode ser mitigado em hipótese alguma. [...]. Essa pandemia está escancarando vários problemas sociais que assolam as comunidades indígenas. (TERENA, 2020)³.

Miranda (MS) é um município pequeno, com menos de 30 mil habitantes. Com alguns cuidados preventivos, conseguiu protelar o início das contaminações. O primeiro caso de Covid-19 notificado aconteceu em abril, com um rapaz que não reside no município⁴. Parecia que a pandemia estava sob controle, mas gradativamente os números foram aumentando e a Covid-19 chegou às aldeias indígenas. Nos espaços e nos tempos cotidianos das comunidades indígenas há vários impasses que têm dificultado o cumprimento das recomendações de prevenção veiculadas pela OMS, dos quais destacamos: falta de saneamento básico; falta de água potável; dificuldades para compartilhar informações, em especial com os mais velhos, pois a comunicação oficial, preventiva, está sendo veiculada somente em Língua Portuguesa; os jeitos de ser e de conviver das famílias extensas que querem encontros e precisam das conversas.

Os primeiros indígenas contaminados, mulheres e homens, foram aqueles que estavam trabalhando fora das aldeias. A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento passou a emitir boletins sobre a Covid-19 separando os casos entre indígenas e não indígenas, fato que acabou tencionando as relações com os não indígenas. A partir da divulgação circularam áudios, nas redes sociais, alegando que os indígenas deveriam ser proibidos de frequentar a cidade. Essas manifestações causaram inquietação entre a população indígena e geraram registro de boletim de ocorrência e manifestações de repúdio de entidades solidárias. As gravações, que circularam nas redes sociais, culpavam os indígenas pelas contaminações e continham ameaças de morte⁵. As organizações indígenas e de apoio à essas populações, denunciaram e exigiram atuação efetiva das autoridades com medidas investigativas, punitivas e de proteção às vidas.

³ Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/08/04/luiz-eloy-terena-essa-acao-e-a-voz-dos-povos-indigenas-no-stf/> Acesso em: 10 ago. 2020.

⁴ Disponível em: <https://miranda.ms.gov.br/municipio-de-miranda-confirma-o-primeiro-caso-de-covid-19/> Acesso em: 9 ago. 2020

⁵ Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2020/gravacoes-com-acusacoes-e-ameacas-contra-indigenas-por-levar-coronavirus-a-cidade-de-ms-geram-tensao-em-aldeias> Acesso em: 9 ago. 2020.

Esse exemplo evidencia os preconceitos que ocorrem diariamente e que se tornaram ainda mais evidentes nesse momento. No entanto, cabe ressaltar que os coletivos indígenas se fortaleceram e, em parceria com organizações da sociedade civil estão desenvolvendo ações de enfrentamento à pandemia tais como: assistência emergencial aos mais vulneráveis; implantação e implementação de barreiras sanitárias nas entradas das aldeias; mapeamento das famílias mais vulneráveis; confecção e distribuição de máscaras; doação de itens de higiene e cestas básicas; doação de excedentes de produtos das roças; produção de material de educação sanitária; busca da soberania alimentar por meio de projetos de agroecologia; revitalização e fortalecimento do uso de plantas medicinais e de remédios ancestrais; criação e veiculação de materiais de educação sanitária na língua materna; e outros. A Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)⁶, o Conselho do Povo Terena⁷ e a Organização Caianas⁸, têm organizado essas ações e as reivindicações necessárias. No entanto, mesmo com todas essas iniciativas, de acordo com o boletim emitido pelo Conselho do Povo Terena em 9 de setembro de 2020, o município de Miranda contabilizava 547 casos e 57 óbitos confirmados.

Os Terena de Miranda (MS), como habitantes do planeta Terra estão submetidos aos desígnios e exigências da atual pandemia, mas há diferenças e há lições, pois essa crise evidencia as desigualdades aprofundadas pelo capitalismo neoliberal e financeiro, como resalta Santos (2020, p. 28): "As respostas que os Estados estão a dar à crise variam de Estado para Estado, mas nenhum pode disfarçar a sua incapacidade, a sua falta de previsibilidade em relação a emergências que têm vindo a ser anunciadas como de ocorrência próxima e muito provável."

Em contrapartida, preenchendo as lacunas, as organizações indígenas e de apoio têm conseguido assegurar visibilidade aos problemas enfrentados pelos indígenas e até vitórias jurídicas como a ocorrida em agosto de 2020, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, exigir que o governo federal assumisse medidas protetivas aos povos indígenas, durante a pandemia. A ação de jurisdição constitucional foi defendida pelo advogado Eloy Terena, indígena nascido na Aldeia Ipegue, Terra Indígena Raunay-Ipegue, no município de Aquidauana (MS) e responsável pela Arguição

⁶ A Apib é uma instância de aglutinação nacional do movimento indígena no Brasil, criada no Acampamento Terra Livre de 2005. Mais informações no site <https://apiboficial.org/> Acesso em: 1 ago. 2020.

⁷ O Conselho do Povo Terena é uma organização indígena constituída por rezadores, anciãos, mulheres, caciques, lideranças, professores e jovens Terena. Disponível em: <https://conselhoterenadotorg.wordpress.com/> Acesso em: 10 set. 2020

⁸ Organização Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade - CAIANAS. Disponível em: <https://www.facebook.com/agroecologiatereana/> Acesso em: 11 ago. 2020.

que assegurou a decisão favorável. Essa vitória se tornou histórica, pois é a primeira vez, desde a criação do Tribunal, que uma pessoa autodeclarada indígena venceu uma ação na Corte⁹.

No entanto, o frequente e histórico descaso das políticas públicas, somado à perda das terras, à dificuldade de cultivar as suas roças e à escassez de alimentos colhidos na natureza, têm sido violentamente cruéis e inserem os Terena, nessa pandemia, no contexto das vulnerabilidades estruturais, como adverte Santos (2020, p. 23-24): “As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga. É evidente que são menos discriminatórias que outras violências cometidas na nossa sociedade [...]. Mas discriminam tanto no que respeita à sua prevenção, como à sua expansão e mitigação.”

Fundamentadas no percurso apresentado e na pesquisa realizada, passamos a compartilhar as narrativas recebidas que evidenciam as provocações que o momento de pandemia tem gestado na busca por saberes e experiências que estavam um pouco afastados dos cotidianos. As rezas, os rituais, a medicina ancestral, as rodas de conversas familiares, o plantar, o cultivar e o colher estão mais presentes.

REENCONTROS ANCESTRAIS QUE CUIDAM DAS VIDAS

[...] apesar de todos os impedimentos - cercas, vazantes e nascentes degradadas e secas - os indígenas continuam preservando as atividades na memória, bem como as trilhas e os marcos. (MOURA e ACÇOLINI, 2018, p. 266).

Os contextos indígenas de Miranda (MS) são complexos e as aldeias apresentam características peculiares que dificultam a “descrição densa” (GEERTZ, 1989). As quatro aldeias estudadas não são mais os espaços e os tempos ancestrais, em suas dimensões cosmológicas e históricas. Muito lhes foi negado, roubado, destruído; outro tanto se perdeu no tempo e na morte de velhas e velhos com suas sabedorias, guardadas e compartilhadas na oralidade; o restante se desgastou com a perda das terras e o confinamento, somados ao contato com o entorno, em suas diversificadas e convergentes dimensões (políticas, culturais, econômicas, religiosas etc.). No entanto, dialeticamente, há saberes ancestrais Terena que se fazem cada vez mais presentes.

Para compor o *corpus* da pesquisa contatamos colaboradoras e colaboradores de quatro aldeias que concordaram em compartilhar suas experiências. A Terra Indígena de Cachoeirinha está localizada a 14 km da sede do município e é considerada um ponto

⁹ Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2020/surto-de-coronavirus-nas-aldeias-51-de-infetados-em-aquidauana-sao-indigenas>. Acesso em: 11 ago. 2020.

de articulação dos povos indígenas de Miranda (MS), sendo referência para a realização de pesquisas e demais atividades. Por esse motivo, selecionamos duas comunidades que estão localizadas nessa Terra para a participação em nossa pesquisa: a Aldeia Cachoerinha (sede) e a Aldeia Babaçu. Da Terra Indígena Pílad Rebuá, localizada na região urbana do município, participação da Aldeia Passarinho, com organização semelhante aos bairros periféricos. Muitos moradores, principalmente homens, trabalham na cidade e passam o dia fora, distantes da convivência familiar. A Aldeia Lalima, da Terra Indígena com o mesmo nome, está localizada a 45 km da cidade e é a única com acesso ao Rio Miranda, referência regional por ter muitos peixes.

Nossas experiências, nossas pesquisas e os conhecimentos construídos em grupos de estudos evidenciam que há traços da cultura indígena que permanecem, como fios condutores e que, quando se fazem necessários, são acionados. Com essa compreensão, estruturamos a pesquisa que se propôs a melhor compreender esses contextos. A metodologia foi desenhada com fundamentação na pesquisa qualitativa (MINAYO, 1996, 1999), nos estudos culturais e indigenistas, na sociologia e na antropologia, também nos estudos com foco nas infâncias (CUNHA, 1986; FARIA, DEMARTINI e PRADO, 2002; SILVA, MACEDO, NUNES, 2002; COHN, 2005; ABRAMOVICZ, 2011). No entanto, pelas circunstâncias de impedimento de chegar até aos locais que seriam os campos de pesquisa, recorreremos aos princípios da pesquisa participante (BRANDÃO, 1981, 1982, 1994, 1999), e solicitamos o apoio de indígenas que moram nas aldeias. Foi uma delicada e exigente gestação metodológica que, problematizada, foi sendo constituída coletivamente.

Para desencadear o processo, elaboramos algumas perguntas que foram repassadas, por *WhatsApp*, para quem estava nos campos da pesquisa: mães, pais, avós; professoras; professores; lideranças indígenas. Considerando a proposta metodológica que se pretendeu aberta, para além das perguntas desencadeadoras, solicitamos que comentassem sobre outras experiências que quisessem compartilhar, principalmente com relação aos saberes ancestrais. São parceiras e parceiros de projetos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural (Ipedi)¹⁰ e atuam nas ações emergenciais de enfrentamento à pandemia. Portanto, possuem mais acesso à internet e compreendem a importância da realização e da publicação de pesquisas para assegurar maior visibilidade aos contextos vividos pela etnia.

¹⁰ Criado em 2012, o Ipedi desenvolve projetos de educação e cultura em comunidades do Pantanal, com o propósito de contribuir com as comunidades tradicionais e historicamente negligenciadas. Disponível em: <http://ipedi.blogspot.com> Acesso em: 3 ago. 2020.

As perguntas foram encaminhadas por *WhatsApp* e o retorno, para facilitar e respeitar a oralidade, nos foi dado por meio de áudios que foram transcritos posteriormente. Houve colaboradoras e colaboradores que responderam pergunta por pergunta, outros misturaram as respostas e uma apresentou uma narrativa com as encantadoras singularidades da oralidade. A maior dificuldade para a coleta dos dados foram os limites de tempo e a nossa comunicação *online*, pois as aldeias têm pouco acesso a telefonia e internet fixa/móvel, ficando esse acesso restrito às escolas, fechadas no momento da pandemia. As perguntas e as respostas aconteceram entre os espaços de conexão com a internet, sendo que algumas vezes ocorreu o vácuo de semanas em nossos processos de comunicação. No entanto, contamos com o empenho e a dedicação da parceria indígena que fez o possível para que os dados chegassem até nós. E chegaram! Esse tempo de receber uma pergunta, ouvir, pensar e responder, nas culturas indígenas, se faz ao sabor do tempo alargado da natureza, como ressalta Noal (2006, p. 208): “Falar não é uma obrigação, é um desejo que cada um/a degusta no seu ritmo.” Sendo assim, a comunicação via tecnologias não foi muito diferente, no tempo de resposta, daquele que estamos habituadas como pesquisadoras.

Com essa compreensão, recebemos as respostas que foram chegando por áudios. Em um primeiro momento, transcrevemos sem recortes, sem análises de conteúdo, sem juízos de valor. Nossa proposta metodológica foi de reconhecer cada participante como sujeito de direito, sem protagonismos hierarquizados, pois compreendemos que cada uma e cada um tem a sua percepção e contribuiria para tornar as narrativas mais próximas do cotidiano vivido nas aldeias. Essa concepção reconhece que não há neutralidade e que o ângulo que cada uma e cada um vive, sente e observa um fenômeno contém objetividade e também subjetividade, focalizando os contextos a partir de ângulos singulares, determinados por: “[...] uma certa *forma de pensar*, de uma certa *problemática* e de um certo *horizonte intelectual* [...]” (LÖWY, 1994, p. 107, grifos do autor). Ao reconhecermos a “forma de olhar” (LÖWY, 1994) de cada participante, compreendemos que cada fenômeno é singular, dentro da totalidade, não podendo ser generalizado porque acontece em espaços e tempos diversificados, com pessoas diferentes, como descreve Brandão (1994, p. 24): “Em uma justa medida, o imaginário indígena recupera para o sentimento e para o conhecimento humanos a memória universal do tempo e do mito. [...]. Tudo o que existe é vivo, ativo, capaz de partilha, recíproco e, portanto, relacional.”

Essa matriz epistemológica fundamentou a pesquisa e foi uma experiência que, como afirma Ginzburg (1897, p. 13): “[...] coloca implicitamente uma série de

indagações para nossa própria cultura e para nós.” Intencionalmente não utilizamos a linguagem científica hegemônica, para possibilitar o encontro com as pesquisadoras e os pesquisadores participantes e seus jeitos de se expressar, na necessária aproximação a distância, tão bem descrita por Ribeiro (1997, p. 173): “Com eles aprendi que só uma identificação emocional profunda pode romper as barreiras à comunicação, permitindo a um estranho penetrar a intimidade [...] no seu esforço por ver o mundo com os olhos do povo que estuda.”

Com esse propósito, asseguramos autonomia para que cada participante escolhesse e definisse o que contar e o que omitir, com a compreensão de que as narrativas são subjetivadas, como evidencia Queiroz (1988, p. 21): “Ele é quem determina o que é relevante ou não narrar, ele é quem detém o fio condutor.” Às pesquisadoras coube ouvir, transcrever e acolher, eticamente, o que foi compartilhado.

Ressaltamos que as circunstâncias de comunicação a distância exigiram recursos de tecnologias que, para a maioria, ainda são difíceis de utilizar. Essas dificuldades demandaram mais tempo e impediram algumas participações, mas conseguimos contar com o empenho de quem compreendeu os significados da pesquisa e caçou jeitos de compartilhar as suas observações, experiências e opiniões, alimentando as discussões por nós apresentadas. Ao final, chegaram falas de crianças que, com singeleza, trouxeram um pouco mais do que estão vivendo em suas famílias e comunidades. Apresentamos esses registros, não previstos inicialmente, por trazerem falas protagonistas que, potentes, ampliam as nossas possibilidades de compreensão.

Compartilhamos, na sequência, as narrativas que chegaram até nós. Por questões éticas¹¹ optamos por denominar com codinomes relacionados com árvores da região e, assim, temos seis pesquisadoras e pesquisadores, colaboradores locais. Ressaltamos que não conversamos com pessoas mais velhas por conta das dificuldades de comunicação *online*, também pelo isolamento físico e social. Nesse contexto, pesquisamos com: **Palmeira**, 40 anos, professora, mãe e avó, liderança da Terra Indígena Pílad Rebuá e do Povo Terena, coordenadora da Grande Assembleia das Mulheres Terena e da I Marcha Nacional das Mulheres Indígenas de 2019. **Guavira**, 37 anos, professora e mãe; **Ipê Amarelo**, 40 anos, professora, pesquisadora e mãe; e

¹¹ Considerando as dificuldades causadas pela pandemia e os prazos a cumprir, não submetemos o projeto a Comitê de Ética em Pesquisa, mas ressaltamos que: não interferimos diretamente no cotidiano das aldeias; não submetemos as pesquisadoras e os pesquisadores locais e demais participantes a eventuais riscos; optamos por não utilizar imagens. Para além desse zelo, destacamos que uma das autoras deste artigo, Denise, desenvolve atividades acadêmicas e ligadas ao Ipedi, nas aldeias de Miranda (MS), havendo autorização para realizar pesquisas e publicar.

Ipê Rosa, 38 anos, professora e mãe; sendo três lideranças da Terra Indígena Cachoeirinha e moradoras na Aldeia Cachoeirinha Sede. **Guariroba**, 27 anos, liderança da Terra Indígena de Lalima, coordenador da Assembleia da Juventude Terena e da Barreira Sanitária da Aldeia Lalima e morador nessa aldeia. **Aguapé**, 35 anos, pai, professor e coordenador pedagógico das escolas das aldeias Argola, Babaçu e Mãe Terra; liderança indígena e morador na Aldeia Babaçu.

Com o intuito de possibilitar a compreensão do roteiro proposto e dos diferentes olhares e percepções, apresentaremos as perguntas e as respostas, sem intervenções no conteúdo das transcrições. Como não se trata de pesquisa nas áreas de linguística, retiramos os vícios presentes na comunicação, mantivemos as singularidades e evitamos, ao máximo, efetivar supressões. A oralidade é irreverente e transgressora e, dessa maneira, não teremos o mesmo número de respostas para cada pergunta, pois algumas não foram respondidas.

Inicialmente buscamos compreender como a pandemia está sendo vivida nas aldeias e, para alcançar esse objetivo, perguntamos: Como essa pandemia está sendo compreendida pelas experiências e pelos conhecimentos indígenas nas aldeias?

Graças à Deus todos estão cientes do que esse vírus faz. Estamos todos nos cuidando e cuidando dos outros. (Guariroba, Aldeia Lalima).

Essa pandemia mundial está sendo um grande desafio para nós, povos indígenas. A maior dificuldade é manter o isolamento das famílias infectadas, pois como sendo aldeia tudo que fazemos aqui é compartilhado, tais como: café da manhã, almoço e janta, por morarmos várias famílias no mesmo quintal, ou seja, no mesmo espaço. Não está sendo fácil fazer esse isolamento na aldeia. (Palmeira, Aldeia Passarinho).

Para mim e para minha família essa pandemia está sendo vista como algo muito grave e a gente vê que é uma consequência de tudo que as pessoas vêm fazendo contra o meio ambiente. Então a gente compreende como uma revolta da mãe natureza por todos os danos que a sociedade tá fazendo contra ela. Então é uma coisa que o homem fez contra ela e a gente tá sentindo as consequências e não está escolhendo quem fez aquilo. Todos estão sentindo na pele as consequências disso que o homem fez contra a natureza. (Guavira, Aldeia Cachoeirinha).

[...] para nós, indígenas, que têm o costume de visitar parente, fazer sua reza, ir até a cidade para buscar um meio de sustentabilidade para sua família, há sofrimento. Hoje, a nação indígena sofre para enfrentar essa doença que assusta. Para os nossos anciãos não há como aceitar o uso de máscara [...]. Hoje nos faz lembrar que há muito tempo atrás os nossos antepassados enfrentaram graves doenças [...], havia muitos mortos, mas havia os grandes koixomoneti, pajés que faziam os rituais que curavam através de remédios caseiros, se reuniam para enfrentar as doenças (segundo relatos da minha mãe). Essa pandemia é uma coisa nova que estamos enfrentando, foi muito difícil passar para a comunidade que é uma doença que veio e que nós temos que seguir as orientações passadas para nós. (Ipê Rosa, Aldeia Cachoeirinha).

Nós, povos indígenas, já vivenciamos epidemias e doenças que quase dizimaram o nosso povo. Seus impactos são irreparáveis, pois estamos tendo mortes precoces dos nossos velhos que são guardiões dos nossos saberes. É um momento muito difícil para nós. (Aguapé, Aldeia Babaçu).

As respostas, umas mais sintéticas, outras mais contextualizadas, indicam a compreensão da gravidade da situação e a consciência de que fazem parte de um coletivo com fortes traços da cultura Terena e que a morte de velhas e velhos traz perdas irreparáveis de conhecimentos e sabedorias. Essa memória de serem partes de um todo se evidencia na compreensão de que são corresponsáveis pela saúde nas aldeias, que há riscos a serem enfrentados coletivamente, mesmo para Guariroba que invoca Deus, mas não delega para a divindade a resolução dos problemas. Um convite para a civilização não índia que, etnocêntrica, negou saberes ancestrais e escolheu outros caminhos, como ressalta Brandão (1994, p. 35): “Os homens brancos não sabem. Eles não compreendem. [...]. Não sabem os segredos do mistério do mundo, embora tenham ciências fortes e grandes poderes.”

A seguir, perguntamos quais as maiores dificuldades que as famílias estão enfrentando durante a pandemia. Duas respostas vieram mais objetivas e convergentes, não menos preocupadas. As quatro refletem os conflitos da cultura e a questão de estarem sem liberdade para ir e vir:

A maior dificuldade é se manter na comunidade, pois precisamos ir à cidade para comprar mantimento. (Guariroba, Aldeia Lalima).

Nossa maior preocupação é de criar um plano para que medidas sejam realmente viáveis. Alertamos também a vulnerabilidade enfrentada pelo nosso povo. (Palmeira, Aldeia Passarinho).

As maiores dificuldades que enfrentamos hoje com a pandemia, é de as outras aldeias estarem fechadas, por que a minha família também trabalha com agricultura e a nossa outra roça fica na Aldeia Lagoinha que até agora permanece fechada. Já surgiu alguns casos de Covid-19 em algumas famílias na Aldeia Lagoinha, mas mesmo assim o cacique ainda não abriu as portas. Plantamos lá na roça que temos um espaço e a gente gostaria muito de colher o que a gente plantou e não estamos conseguindo, estamos tendo que pedir para um morador tirar o que a gente tem na roça de lá. (Guavira, Aldeia Cachoeirinha).

A maior dificuldade é que os Terena diariamente não ficam nas suas casas, as mulheres fazem feiras nas cidades e os homens trabalham fora da aldeia para buscar o sustento da família. Diante dessa pandemia há muitos anciões doentes com diabetes entre outras doenças, hoje não sabem como lidar com o coronavírus. Ficam assustados, mas não sabem ficar em isolamento. (Ipê Rosa, Aldeia Cachoeirinha).

As quatro respostas deixam evidente que a maior preocupação é com a sobrevivência das famílias, tanto para quem trabalha fora das aldeias, como para quem cultiva roças. Esses contextos aproximam os indígenas dos demais trabalhadores brasileiros que vivem da força de suas mãos. São os denominados trabalhadores precários, informais e autônomos que precisam de um ganho diário e que não conseguem ficar tranquilos porque existe a fome (também a contaminação e o risco e

a morte), como alerta Santos (2020, p.17): “A indicação por parte da OMS para trabalhar em casa em autoisolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome. [...] Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a questão.” Somando a essas preocupações, as manifestações de preconceitos, históricas nas regiões com aldeias indígenas, se fez sentir nessa pandemia, quando as populações indígenas foram vistas como transmissoras:

Também umas das maiores dificuldades que enfrentamos durante essa pandemia é a questão do racismo e do preconceito. Muitos das nossas feirantes relataram que na cidade as pessoas fechavam as portas sem ao menos ouvir o que elas estavam oferecendo. (Guavira, Aldeia Cachoeirinha).

A terceira e a quarta perguntas focaram as crianças: Como elas estão vivendo esses momentos da pandemia? O que fazem no dia a dia da aldeia?

Elas estão levando numa boa, na esportiva. Nós de mais idade não passamos muitas preocupações para elas, mas sabem que tem que usar máscaras e lavar sempre as mãos. Somos muito tranquilos, ficamos mais nas roças e as mulheres em casa mesmo. As crianças estão sempre com a gente. (Guariroba, Aldeia Lalima).

A rotina dessas crianças é brincadeira pelo quintal, acompanhar os mais velhos nas atividades e também fazer as atividades não presenciais que as escolas oferecem. O importante é que elas saibam que não podem sair de casa. (Palmeira, Aldeia Passarinho).

Sobre as crianças, sou mãe, tenho um filho e na parte da manhã eu, às vezes, passo algumas atividades de leitura e de escrita para ele fazer aqui em casa, o mesmo acontece com os meus sobrinhos. Eles também fazem algumas atividades no período da manhã e à tarde, como as famílias Terena não possuem apenas uma roça, mas também tem outras, a gente tem outro espaço, a gente leva as crianças. Eles ajudam na tarefa da roça, eles carpem, eles plantam, eles ocupam o tempo deles na parte da tarde fazendo esse manejo, o cultivo na roça. As crianças Terena estão aproveitando o tempo para brincar, assistir TV, cultivar os seus próprios alimentos e fazer algumas tarefinhas da escola. (Guavira, Aldeia Cachoeirinha).

As nossas crianças têm o seu costume de visitar tias, vovó, vovô, de ir à casa do seu amiguinho brincar, enfim, hoje a rotina mudou totalmente, quem tem roça vai junto com seu pai. Para elas está sendo difícil, mas vejo na rua eles usando as suas máscaras, outros que têm álcool em gel, carregam em suas mãos. A maioria fica nas suas casas fazendo suas tarefas e outros vão para roça ajudar seu pai ou vão procurar bocaíuva. [...]. (Ipê Rosa, Aldeia Cachoeirinha).

Quando as crianças são a temática, podemos perceber que os princípios da educação indígena se fazem mais presentes: liberdade, experiência, natureza, tempos alargados, espaços amplos, convivência. Nas aldeias, como nas cidades, mulheres e homens são trabalhadores, estão preocupados com as atividades de sobrevivência, mas as interações com as crianças acontecem de maneira leve, impregnada de trocas e abertas às mais diferentes experiências. A natureza se oferece com tempos e espaços de aprendizagens, familiares adultos observam as crianças e facilitam a

convivência, permitindo afirmar, com Melià (1999, p. 16) que: “A alteridade indígena como fruto da ação pedagógica não só manterá sua diferença, mas também poderá contribuir para que haja um mundo mais humano de pessoas livres na sua alteridade.”

As perguntas seguintes buscaram compreender os impactos do fechamento das escolas nas aldeias e também do ensino remoto: O fechamento das escolas traz muito prejuízo para as crianças? Quais? O ensino remoto, por meio de estudo dirigido, está ocorrendo de maneira satisfatória?

De certa forma as crianças saem no prejuízo de ensino, já que a maioria não tem internet. Também no conhecimento e nas refeições diárias. (Guariroba, Aldeia Lalima).

Com as escolas fechadas as crianças praticamente se encontram com um ano de perda do seu aprendizado. Aqui na minha comunidade Terena as atividades remotas são entregues, mas dificulta no dia da devolução, pois ou o aluno não fez por que ninguém o ajudou ou não fez por que os pais são analfabetos. Nós, professoras indígenas, enfrentamos essa triste realidade com nossos alunos. Uma educação que seria de qualidade, desqualifica qualquer professor nesse momento de transtorno que estamos vivendo. (Palmeira, Aldeia Passarinho).

Para as nossas crianças, as escolas fechadas não significam totalmente perda de aprendizagem, pois ao mesmo tempo estão aprendendo em casa com seus pais e avós. As crianças apreendem na prática os saberes tradicionais que são transmitidos de geração em geração. Aprendem a produzir seus próprios alimentos, a língua materna é falada, produzem artesanatos, entre outros. O aprendizado em casa fortalece a cultura que no modelo ocidental não permite. A pandemia contribuiu para que as famílias ficassem em casa e com isso as crianças também. Antes as crianças eram obrigadas a estar o maior tempo na escola, que é importante também, mas a escola não oferece um ensino que valorize os conhecimentos tradicionais. Em casa esses conhecimentos são transmitidos pelos mais velhos. (Aguapé, Aldeia Babaçu).

A falta da escola traz prejuízo, [...]. É um aprendizado que as crianças têm quando ficam na escola, é todo aquele conteúdo dedicado para aquele horário de aula. Então, no meu ponto de vista é que sim, as nossas crianças estão deixando de aprender muitas coisas que a gente não consegue aplicar aqui dentro da nossa casa. No início da pandemia as aulas paralisaram, então as nossas atividades foram feitas de forma quinzenal, a cada quinze dias nós estávamos elaborando as atividades para serem entregues para as famílias dos nossos alunos e nem todo os pais e responsáveis compareciam à escola para buscar as atividades, mas a grande maioria estava fazendo essas atividades. Depois, com a chegada do coronavírus aqui na aldeia, essas entregas de atividades não estão mais acontecendo, porque aqui na aldeia houve muitos casos de infectados. No momento a gente não está mais entregando as atividades e isso tem um impacto negativo na vida das nossas crianças, porque até agora não está mais tendo a entrega e a devolução das novas atividades. Eu acredito que as nossas crianças indígenas estão sendo prejudicadas com toda essa pandemia, [...] deles não estarem indo todos os dias na escola, por que ali eles tinham todo o horário para aprender as disciplinas, as diversas disciplinas de ciências, português, terena, matemática e dentro de suas casas muitas de nossas crianças, os pais não dominam o conteúdo, por que muitos pais não conseguiram concluir o ensino médio, também não conseguiram concluir o ensino fundamental e falta material dentro das casas das famílias Terena de Cachorrinha. (Guavira, Aldeia Cachoeirinha).

Com certeza a escola fechada trouxe um grande prejuízo para nossas crianças, na parte de aprendizagem, umas estavam começando a ser alfabetizadas. Para nós, indígenas, o ensino remoto não está sendo fácil. É totalmente diferente, na

sala você dialoga, conversa para saber se aprenderam. [...]. Para mim, como educadora, esse é um dos momentos que eu nem imaginava passar com os meus alunos. Sabemos que nós, professoras indígenas, temos um costume totalmente diferente. Gosto de levar a minha explicação para o cotidiano, para a compreensão melhor. Vejo que muitos não vão compreender as tarefas, vejo que há mães que não irão saber repassar o que eu expliquei. A grande perda é que muitos alunos nossos não serão alfabetizados conforme nós queríamos. Para quem tem acesso à internet eu acompanho, mas no mais não tem como acompanhar, por morarem distantes. Alguns vão na minha casa pedir orientações, nesse momento não há uma saída, penso que só quando passar essa pandemia, [...]. (Ipê Rosa, Aldeia Cachoeirinha).

Fundamentadas em Maher (2005) e em Melià (1979, 1999, 2018), convidamos para problematizar a educação escolar indígena que existe nas aldeias e que, não raras vezes, reproduz as escolas urbanas. Mesmo quando há “cartilhas com palavras indígenas”, essas podem não ser indígenas, pois a oralidade não se transpõe para a escrita sem perdas de significados; os currículos, na maioria das vezes, são adaptações grotescas que não reconhecem os saberes e as sabedorias ancestrais; professoras e professores, mesmo que sejam indígenas, percorrem processos escolarizantes e formativos que, na maioria das vezes, não são contextualizados e os afastam da cultura originária. Sem desconsiderar a importância das escolas nas aldeias, enfatizamos que há muito a aprender sobre a educação indígena que se dá para além das instituições escolares: “A ação pedagógica para a alteridade não é uma descoberta feita pela sociedade ocidental e nacional [...]. Assim, não há um problema de educação indígena, há sim uma solução indígena ao problema da educação.” (MELIÀ, 1999, p. 16).

Essas constatações e a relativização das escolas na vida das crianças indígenas, apresentadas na resposta de Aguapé, nos aproximam das reflexões de Tonucci (2020): “Não percamos esse tempo precioso dando deveres. Aproveitemos para pensar se outra escola é possível.” Que escola? Qual currículo? Com quem? Para quê? Talvez esse possa ser um desafiador momento para pensarmos, com as comunidades e as crianças, as trilhas para a construção de escolas indígenas que, efetivamente, se constituam em tempos e espaços nos quais as crianças possam viver, aprender e ensinar, permeadas pelas diferenças, desconstruindo desigualdades, em processos educativos sempre inacabados que reconheçam uma das mais significativas lições dessa pandemia:

[...] Não há mais dogma sobre coisa alguma e tudo pode ser pensado. Alguma voz das florestas, dos desertos, faz muitos anos, têm nos dito coisas muito simples. Estivemos ocupados demais em conquistar para aprender a compreender. O tempo é chegado. Saibamos ouvi-los, povos da terra, filhos das florestas. Eles nos fazem o melhor convite: sermos segundo os nossos termos e apenas mudando o essencial em nossos modos de vida e sistemas de pensamento, não mais *senhores do mundo*, mas *irmãos do universo*. (BRANDÃO, 1994, p. 41, grifos do autor).

Provocadas, continuamos a compartilhar as perguntas que vão contar mais das crianças: O que falam/sentem as crianças? Elas compreendem o que está acontecendo? Como você avalia esse momento na vida das crianças indígenas?

Elas são espertas. Crianças indígenas já nascem guerreiras, né? Prontas para qualquer batalha. Será uma forma de aprendizado, pois estamos passando para todos sobre tudo que essa pandemia é no mundo. Sentem falta da vida normal, de ir à escola. Devem ser livres! (Guariroba, Aldeia Lalima).

As crianças indígenas não entenderam ainda muito bem o que está se passando, pois para elas ficarem sem aulas é o mesmo que estivessem de férias e também não sabem os riscos que correm, mas sabem que esse vírus se combate usando máscaras e álcool em gel. (Palmeira, Aldeia Passarinho).

As crianças compreendem o que está acontecendo no mundo hoje, por que à noite a gente senta todo mundo junto dentro de casa e assiste o noticiário, o Jornal Nacional, o Jornal da Record, SBT. Então a gente tem essas informações e elas ouvem o que está acontecendo, tudo sobre a pandemia, sobre como deve ser usada a máscara corretamente ao sair de casa. Mas nós Terena estamos evitando de levar as nossas crianças para fora da aldeia. No momento eles ficam mais dentro de casa ou de casa para a roça, apenas isso. (Guavira, Aldeia Cachoeirinha).

As respostas a essas perguntas nos reportaram para memórias de estar em aldeias indígenas, como pesquisadoras, na busca de compreender essa complexa e simples educação que se faz sem gritos, nas liberdades de cada um experimentar e testar, processualmente, suas habilidades pensantes e criadoras. Nas aldeias convivemos com crianças que têm o direito de ser quem são em suas singularidades e coletivos. Há uma pedagogia indígena (MELIÀ, 1999) que tem muito a ensinar, mas que persistimos em negar e, pior, tentamos levar para as aldeias modelos pedagógicos que já demonstraram seus traços ideologicamente colonizadores. Nas culturas indígenas, de maneira geral, as crianças são consideradas membros da comunidade e participam das conversas, dos debates, das preocupações. As respostas, de diferentes maneiras, evidenciam a autonomia das crianças, mas podemos perceber, em algumas falas, a influência da sociedade culturalmente envolvente, que supervaloriza os saberes escolares, em detrimento dos saberes familiares e culturais. No entanto, cabe ressaltar que Guariroba trouxe a síntese da educação indígena com relação às crianças - a confiança: "espertas, guerreiras, prontas para qualquer batalha, devem ser livres!".

Na sequência, perguntamos sobre a participação de professoras e professores nas barreiras sanitárias e obtivemos duas respostas:

É de grande importância porque querendo ou não são exemplos e espelho da nossa comunidade. (Guariroba, Aldeia Lalima).

Eu acho muito importante a participação dos professores nas barreiras sanitárias, mas o que eu acho falta para eles os equipamentos de proteção e treinamento. Por que vejo que o vírus da Covid-19 é altamente contagioso e, ao mesmo tempo

que eles têm esse intuito de cuidar da entrada da nossa aldeia, mas também eles estão correndo o risco de se contaminar. Na maioria das vezes que passei ali na barreira eles não tinham equipamentos próprios, apenas a roupa do corpo, sem nenhum daqueles equipamentos de proteção próprio. (Guavira, Aldeia Cachoeirinha).

A resposta de Guariroba evidencia a figura docente como modelo a ser seguido com o risco de ocuparem, processualmente, o lugar dos anciãos. As escolas e os saberes escolares podem se transformar em fetiches, se contrapondo aos saberes ancestrais e às lideranças locais. A resposta de Guavira, por sua vez, evidencia a sobrecarga de trabalho e de responsabilidades atribuídas, sem as condições de segurança necessárias. Mais uma vez, fica evidente a ausência das políticas públicas e a precarização do trabalho docente. Essa situação também fica evidenciada nos comentários de Guavira sobre a sua atuação como professora que, durante a pandemia, extrapola as suas funções. Também consideramos relevante perceber que a linguagem utilizada por Guavira se afasta da língua mãe, empregando algumas palavras no diminutivo, típico das professoras que atuam com crianças pequenas, mas que não fazem parte dos traços culturais Terena. No entanto, a paciência e a convicção de que as crianças sabem e podem, tão presentes nas culturas indígenas, se apresenta em sua fala:

Nas atividades entregues para os meus aluninhos, os pais quando vão buscar essas atividades, eu vou explicando cada atividade, item por item, atividade número um, número dois. Então eu vou pedindo para os pais para que ajudem o filho escrever essas atividades, não só que façam na folha sulfite, mas também eu peço para eles escrever no caderninho, então vou avaliando, vou olhando o caderno, eu vou avaliando a escrita dos alunos e também a leitura. Eu sempre falo para os pais ajudar os filhos a ler, a realizar a leitura, por que nas minhas atividades eu coloco textos, pequenos textos de diversos gêneros como fábulas, textos informativos, bilhetes e depois em seguida eu coloco interpretação de texto, sempre pedindo para a mãe, para o pai acompanhar a leitura, incentivar a leitura, ajudar o filho a realizar a leitura. A gente vai fazendo dessa maneira a nossa avaliação, observando, anotando os avanços dos alunos através do caderninho, se os pais estão ajudando nas tarefas aplicadas. (Guavira, Aldeia Cachoeirinha).

Para melhor compreender como estão vivendo esse momento, perguntamos: Quais os impactos da pandemia na comunidade? Também abrimos para que falassem sobre os significados dos saberes ancestrais na pandemia:

As crianças indígenas não estão vivendo a cultura como é para ser vivida nesse impacto de pandemia, pois as realizações das atividades sobre cultura foram suspensas esse ano. A cultura dentro da comunidade indígena se tornou indisponível para as crianças que estão na fase de aprendizado sobre os jeitos de ser e de viver no coletivo. Isso é um caso preocupante para todas as comunidades indígenas, não só as danças culturais, mas principalmente a língua materna. O que eu achei muito interessante da nossa cultura com toda essa crise da pandemia, o que a gente já não utilizava antes como as ervas medicinais, como fazer uma fogueira na frente de casa colocando diversos tipos de elementos para espantar esses maus espíritos, essas doenças. Eu vejo que com essa pandemia isso voltou a ser muito forte nas famílias daqui da Aldeia Cachoeirinha. A

vizinhança aqui, eles fazem essa fogueirinha e colocam diversos tipos de ervas e chifres de animais silvestres, e no costume dos antigos isso espantava as doenças. Eu achei muito interessante isso, eles voltar a valorizar e revitalizar esse costume dos antigos. (Guavira, Aldeia Cachoeirinha).

Não é da nossa cultura ficar longe um do outro na Aldeia. Diante dessa pandemia do novo coronavírus, os povos indígenas estão usando os seus próprios conhecimentos tradicionais para tentar lidar com essa doença. As aldeias se isolaram e estamos utilizando medicinas naturais como forma de curar os doentes. (Aguapé, Aldeia Babaçu).

Hoje, voltamos a lembrar de recorrer à mãe natureza, pedir proteção nas correntes positivas que no meio da natureza há, uma corrente de água que limpa, que purifica a nossa alma. Ao mesmo tempo, lembrar dos deuses dos nossos antepassados, de invocar pedindo a proteção e para que afastem essa doença. Uma anciã pediu para as novas gerações lembrar dos nossos remédios naturais para essa doença, tomar e dar fé. Hoje levo e carrego comigo a dança Hiyoti Kipahi [Dança da Ema], porque ela tem um grande significado para quem acredita nas sete peças que ela tem, principalmente a primeira peça, o Koho [passo do Tuiuí], que leva qualquer tipo de coisas negativas e até essa pandemia que enfrentamos. Hoje, na nossa família, os nossos antepassados que são koixomoneti [pajés], têm deixado um grande legado para a gente lembrar nesses tempos de pandemia. Também a crença, o crer em uma imagem como o milagroso São Sebastião e a Nossa Senhora Aparecida. Em casa fazemos as nossas orações junto com a família. (Ipê Rosa, Aldeia Cachoeirinha).

O viver Terena se faz no coletivo e as narrativas evidenciam esse traço cultural. O isolamento físico e social trouxe perdas, os rituais e as festas não estão acontecendo. As crianças, que aprenderiam ao participar, estão sendo privadas dessas experiências. Em compensação, diante dos mistérios da pandemia, núcleos familiares estão retomando rituais como o uso das ervas medicinais e as fogueiras que espantam os maus espíritos e a doença. Ipê Rosa traz a espiritualidade na cosmovisão Terena que faz o sincronismo entre pajés, santos católicos e danças de proteção, evidenciando que, apesar das mudanças ocorridas: “[...] existem características de vida que são mantidas e permanecem, comprovando a resistência dos Terena em manter sua identidade como povo.” (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000, p. 107).

Na sequência, compartilhamos uma narrativa que chegou muito no jeito indígena de perceber e viver os contextos na coletividade das aldeias. Ipê Amarelo (Aldeia Cachoeirinha) foi apresentando as suas percepções de uma maneira singular e reflexiva, inclusive se dirigindo várias vezes à pesquisadora que estabeleceu o contato e foi a interlocutora mais direta - Denise. Sua narrativa, que optamos por deixar como nos foi enviada, mas com algumas supressões (exigidas pelo limite de espaço), apresenta traços da cultura Terena que se evidenciam no humano e, portanto, contraditório cotidiano, descritos com a irreverente fluidez da oralidade:

A nossa rotina aqui em casa era aquela situação, Denise. O Sol [filho] na escola, certo? E a gente só se encontrava, vamos dizer assim, sete horas da noite. Então não havia diálogo muito assim, mãe, pai e filho. [...].

De manhã eu ia na escola e a Lua [filha] ficava com o Sol e, por muitas vezes, o Rio [marido] ia para a roça. Então ficava os dois praticamente em casa e essa foi a rotina que eu comecei a observar como é que foi a nossa vida. Só tínhamos o mês de janeiro inteiro com nossos filhos e depois os quinze dias de julho. Então os nossos filhos praticamente viviam na escola e eu também vivia somente na escola, [...].

A nossa vida mudou muito, né? Naquela roda antigamente com o meu avô e minha avó assando a mandioca.... Pra nós, conversando sobre o Saci, outras lendas e outras conversas. Que antigamente tínhamos com os nossos avós. Então hoje, eu vejo assim, o Sol chegava e tomava banho, jantava e a gente ia um pouquinho na mãe e voltava, assistia um pouco e dormia. [...]. Quase nada de histórias.

O relato da minha mãe e do meu pai não está sendo fácil, acham falta nossa, daquela roda de conversa, o almoço entre família por que a gente se reunia lá. Eu moro perto. A mamãe que faz o café para nós, eu ia lá para tomar café, agora não, eu levo minha xícara, vou de máscara e volto rapidão. Então a gente não tem mais aquela conversa como antigamente.

Das atividades do Sol com a escola, [...], foi aquela cobrança da internet. Então vejo muitos avós agora, tirando dinheiro não sei de onde para colocar internet em casa, ou para os netos ficarem em casa ou para os filhos ficarem em casa, certo? E a Lua [filha] também, ela tem 3 anos e 6 meses e compreende sobre a pandemia, ela não quer mais ir na cidade, por que lá está o coronavírus. Quando vai na casa da avó, a gente vai pelo menos uma ou duas vezes na semana, ela logo procura a máscara. Nós vamos à noite na casa da minha mãe porque já diminui um pouco o pessoal de lá, que tem as minhas sobrinhas morando com ela por causa da pandemia e da internet.

Lembrando também de uma outra coisa que nós estamos vivendo aqui em casa, sabe, é a nossa alimentação. Com nós comendo quase toda hora, às vezes a gente desperdiça. Não é desperdiça, a gente às vezes está gastando mais, desperdiçando mais, com os alimentos, então a gente chegava tudo com fome do serviço. Sol da escola, então ele tinha só aquela alimentação, vamos dizer assim. Agora ele está com aumento de peso e eu percebo isso e é muito triste. Ele foi esses dias para a cidade e a roupa não entrava mais nele, tinha que ser aquela roupa que nós compramos, uma peça só que tinha elástico. Então a alimentação nossa também mudou muito com essa pandemia, não é que nós não tínhamos tempo de comer, agora a gente come quase toda hora, pega uma bolacha ali e vai indo, faz um suco ali, pega um limão ali no quintal. [...].

Denise, assim a gente tá retornando. [...]. Eu acho que agora, dentro das casas, está havendo esse diálogo do pai com o filho que antes parecia que não tinha tempo. Relacionado com a nossa cultura é a volta, a gente está voltando a valorizar as raizadas. A minha família sempre tomava, mas eu vejo pessoas ligando para meu irmão que trabalha na área da saúde, sobre essas raizadas, a casca das árvores que a gente está usando para tomar, nessa pandemia.

E realmente ninguém estava preparado. As pessoas assim que gosta de ir, igual a minha mãe que ia lá na casa da minha tia, dialogar sobre algumas coisas, tomar mate quente, essas coisas, tudo assim parou. [...].

Vou colocar uma experiência, a tia Estrela, a mãe do Ceuzinho [que morreu de Covid-19], agora que tá vindo na casa do meu pai, mas sempre usando máscara, um sentado lá longe, conversando. E a minha tia Nuvem, mãe da Guavira, fechou a porta na cara dela. Tia Estrela ia lá pegar abóbora, comprar abóbora sabe, e ela ficou muito triste. A gente não está preparada de receber essa pessoa, falar fica um pouquinho ali, eu vou te receber, a doença está aí, a gente não pode vacilar. A gente não está preparada para isso e as pessoas, às vezes, correm quando sabem que aquela pessoa está com caso positivo, correm. É o medo e, por muitas vezes, logo passa na nossa cabeça, tipo preconceito, [...]. Não é isso, a questão é que a gente não está preparada de fazer esse diálogo de falar amanhã você volta, quando tudo passar. A gente não tem esse diálogo ainda, não é que seja preconceito, é o medo mesmo da gente não saber como lidar com essa situação. Eu vi, foi domingo agora, eu vi minha tia. Eu falei, o que foi tia? Ela falou: estou falando para o seu pai que foi triste o que nossa irmã fez comigo, ela fechou a porta para mim. Foi ali na outra vizinha falando para não abrir a porta quando eu for lá comprar, [...]. Para não abrir a porta por que eu estava positivo [...].

Sem falar Denise, que na nossa cultura, minha mãe falando que nunca aconteceu de enterrar um ente querido à noite. Aí eles falam assim: "está prevendo outro", não podia enterrar à noite. [...] e aquela questão de na nossa cultura, dois dias,

enterrou, fez três dias aí vão lá de novo olhar, conversar e tem o sétimo dia que agora quem morre por Covid já vai com a cruz, vamos dizer assim, e não tem direito de chorar, visitar.

Eu coloco a minha experiência, Denise. Por que assim, a gente coletava na roça a nossa alimentação tipo feijão verde. Meu pai mexia com algodão e a gente tinha que encher aquele saco de algodão, era arroba. E isso nos fez refletir muito também, não é que a gente não queria mais a convivência na roça, a gente teve que acompanhar também a mudança dos anos 90 para dois mil. Sabe, a mudança de clima também com a roça, a gente arrancava a batata doce, a gente convivia mais na roça. Ia pra escola, mas a gente nos organizava: roça, escola, casa, família. Não tinha aquela questão da gente ficar sentado em frente de uma televisão assistindo à noite, então era muito mais conversa. Sabe, essa questão da volta de dialogar com ao mais velhos fica mais difícil por que, assim por exemplo, nós não estamos indo na minha mãe frequentemente, Denise.

Eu falo para o Sol ir lá com meu pai na roça. Mas não está sendo fácil. Vai, acompanha o seu vô, dá uma andada. [...]. O seu vô vai hoje tirar o cabo para a enxada, tem uma árvore específica para isso. Como você vai aprender? Tem que aprender um pouco de cada. Eu falo assim para ele, mas não é fácil.

A narrativa de Ipê Amarelo, impregnada da sua oralidade, traz o contexto das famílias extensas, muito presentes nas culturas indígenas (NOAL, 2006). Sem censurar a fala, ela vai percorrendo os cotidianos vividos na pandemia. Compartilha as suas reflexões, as relações familiares, as contaminações e a morte de parentes. Evidencia que, também nas comunidades indígenas, a parada imposta pela pandemia, para além do medo e do isolamento, está fazendo pensar sobre os jeitos de viver, tão carregados de obrigações que afastam da convivência alargada, das conversas sem tempo para terminar. Evidencia que está acontecendo uma maior valorização das sabedorias ancestrais que são passadas de geração a geração ao redor do fogo de chão; ressalta a presença da anciã, do ancião e da casa, como referências dos encontros das famílias ampliadas que habitam as aldeias indígenas; lembra das maneiras de velar, de enterrar e de rezar os mortos nos rituais da cultura, proibidos na pandemia.

Também descreve a tomada de consciência do quanto se afastaram dos encontros familiares, das conversas ao redor das fogueiras sobre Sacis e outras lendas; das transformações nos cotidianos familiares quando deixaram as roças e assumiram outros trabalhos; das dificuldades do ensino remoto e do ônus financeiro imposto às famílias; dos avós e mães que protegem as crianças e fazem as tarefas, situação que se contrapõe à educação indígena que busca autonomia; dos hábitos alimentares que foram alterados na pandemia e que estão causando obesidade; da saudade de se encontrar e conversar sem pressa; dos medos de contaminação; da pressão para as famílias terem internet paga; das mudanças culturais ocorridas por influência da TV, dos computadores, dos celulares e das redes sociais.

As falas das crianças, que habitam a aldeia Cachoeirinha e que são alunos da escola local, nos chegaram como presentes, no momento que colocávamos o ponto final

neste texto. Impasse! Ignorar? Deixar para outro texto? Como? Com que direito? O encantamento, a ética e o compromisso social, como pesquisadoras, gestaram espaço para compartilhar essas narrativas a serem saboreadas em suas inteirezas:

Estou fazendo aula online, queria muito voltar a estudar pessoalmente. Às vezes minha mãe ajuda, quando não entendo alguma matéria. Eu acho que essa pandemia está complicando tudo em nossa vida. Eu queria que essa pandemia acabasse. (Jatobá, 10 anos, menino).

Tenho medo do coronavírus, uso máscara. Vendo queijo, tenho medo. Ele mata. Não pode espirrar, tossir. Traz falta de ar. Morre. (Araçá, 10 anos, menino)

Nessa pandemia estou fazendo minhas tarefas de escola, ajudando meu pai na roça, indo no rio pescar, caçando com meu pai, cuidando dos meus porcos, assistindo filme e desenho. (Angico, 12 anos, menino).

Trabalho na roça com meus pais e faço tarefa, ditado. Depois disso eu assisto desenho, depois disso eu brinco de esconde-esconde e depois eu como alguma coisa e cuido dos meus pintinhos. O nome da minha galinha se chama Rosinha e o outro se chama Jack. Eu também assisto filme e como só ovos, não como peixe. Muito triste a pandemia, as pessoas estão morrendo do coronavírus. (Graviola, 6 anos, menino).

Tenho um cachorro chamado Reno, tenho meus porquinhos, dou mamadeira pra eles, cuido da minha horta, jogo bola, assisto novela, filme, cuido das minha galinha, vou pescar no rio, vou na roça, trabalho. Meu pai acabou de ir pescar, acabei de chegar. Foi uma boa pesca ontem. E, fico em casa, quando saio, uso máscara. (Ipê Branco, 8 anos, menino).

Eu tenho sete anos, eu tenho cachorro. Cuido muito bem de mim, não quero levar doença pra ir pro hospital. Lembre de se cuidar. Eu pesco, jogo bola, fico assistindo. Obrigada. Sempre uso a máscara, não saio aqui de casa sem a máscara. (Baru, menino, 7 anos).

As narrativas das crianças chegaram encharcadas de cotidianos, vividos com a natureza, mas também evidenciando que não estão indiferentes e alienadas dos contextos da pandemia. As novas gerações estão inseridas no “hibridismo” estudado por Canclini (1997) e na “circularidade cultural” de Ginzburg (1987). Sentem medo, querem que a pandemia acabe, gostariam de estar mais livres, mas não querem adoecer e ir para o hospital. São crianças que vivem os contextos brincantes da vida em toda a sua potência subjetiva e coletiva. Sabem de bichos, de roças, de hortas, do rio. Também de trabalho, de televisão e de atividades escolares, embora essas últimas não estejam presentes em algumas falas. O cotidiano das crianças se faz a cada dia, no ritmo de cada uma, mas os cuidados e as máscaras são parte de suas vidas que se fazem de somas, de misturas, de experiências vividas, de constante devir.

CONSIDERAÇÕES QUE DIALOGAM COM AS SABEDORIAS ANCESTRAIS

Este artigo compartilha os achados de uma pesquisa que só foi possível com a colaboração de mulheres e homens indígenas, pois a pandemia impossibilitou de estarmos nas aldeias com as crianças. Portanto, apresentamos trilhas que se querem abertas a contribuições outras, a saberes outros. Trilhas que não são ponto de chegada, tampouco de partida, mas o próprio estradar. Trilhas que provocam a perceber as evidências do quanto as sociedades indígenas têm sofrido arbitrariedades, violências e preconceitos em nome de poderes econômicos, políticos, ideológicos e religiosos. Trilhas que evidenciam que os conhecimentos ancestrais - sabedorias - gestam transgressões e potências para se organizarem e reivindicarem direitos legítimos e negados historicamente.

Nesse momento, quando as certezas se desfazem em inúmeras dúvidas e contradições, inclusive em países “desenvolvidos e ricos”, estão ocorrendo movimentos de percepção das consequências do viver tão artificial e tão distante do que a vida, em sua essência, nos propõe. Nas moradias urbanas, após seis meses de pandemia, fica evidente o quanto os tempos e os espaços familiares não foram pensados com as crianças para a convivência, para o movimento, para a saúde. Também constatamos que, como consequência da ausência de políticas públicas construídas com os povos indígenas, houve significativa diminuição da extensão dos territórios originários, interferindo diretamente em suas culturas. Nesse percurso, há comunidades que replicam o modo de vida urbano, se afastam dos saberes e práticas ancestrais, tornando-se mais vulneráveis nesse momento de pandemia.

Em contraponto, há uma ancestralidade de saberes originários que nos instigam e nos convidam a sentir a vida de maneiras outras, distantes do consumismo e da degradação da natureza. As narrativas compartilhadas evidenciam que a pandemia tem gestado potentes reencontros com os saberes ancestrais e a educação indígena que se tecem na oralidade, nos cotidianos familiares, na contação de histórias e lendas pelos anciãos, na lida das roças, nas rodas de conversa ao redor das fogueiras que espantam espíritos maus e doenças. As crianças Terena de agora estão vivendo experiências semelhantes das crianças indígenas de outrora, embora convivam com as TDIC, embora as gentes, os espaços e os tempos sejam outros. Há historicidade, há resistências, há buscas, há aprendizados, há inquietações...

Com as escolas fechadas, estão acontecendo reencontros com a educação indígena que gesta unicidade, trazida por espíritos ancestrais que habitam rios, céus,

florestas e que, como evidencia Brandão (1994, p. 35): “[...] ensinam aos índios o que não podem transmitir aos homens brancos, já que eles se recusam a se abrir a uma outra maneira de pensar. E de viver.” Comunidades indígenas que, na compreensão de Melià (1999, p. 16): “[...] tanto como povo quanto como aldeia, tem uma racionalidade operante que temos que saber descobrir para que as novas ações pedagógicas possam praticá-la. É precisamente essa racionalidade o que mais foi negado aos povos indígenas.” Com essa negação, perdemos significativas e prementes aprendizagens.

Nesse percurso, questões se tornam instigantes: Como o Brasil poderia ter passado pela pandemia se os saberes indígenas ancestrais fossem mais conhecidos, respeitados, seguidos? Se o diálogo entre diferentes conhecimentos fizesse parte da nossa história? Com essas dúvidas estabelecidas, Oswald de Andrade (1972, p. 115), parece nos indicar trilhas com seu “Erro de português”: “Quando o português chegou/ Debaixo de uma bruta chuva/ Vestiu o índio/ Que pena!/ Fosse uma manhã de sol/ O índio tinha despido/ O português.” E, certamente, nossa história seria outra...

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. *In*: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. (Orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 17-36.

ANDRADE, Oswald. **Poesias reunidas**. (Obras completas Vol. VII). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1972.

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC: São Paulo: USP, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Lutar com a palavra**: escritos sobre o trabalho do educador. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Somos as águas puras**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Ministério da Educação. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases**. Brasília: Congresso Nacional, dezembro, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC; SEF, 1998

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986.

FARIA, Ana Lúcia Goulart; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KRENAK, Ailton. Uma visita inesperada. In: GRUPIONE, Luis Donizete Benzi; VIDAL, Lux Boeltz; FISCHMANN, Roseli. (orgs.) **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 71-78.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. A criança indígena: do falar materno ao falar emprestado. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; MELLO, Suely Amaral. (orgs.). **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 75-108.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena na escola. **Cadernos CEDES**, Campinas. v. 19, n. 49, p. 11-17, dez. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 1 ago. 2020.

MELIÀ, Bartomeu. Memória, história e futuro dos povos indígenas. *In*: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, p. 15-17. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOURA; Noêmia dos Santos Pereira; ACÇOLINI, Grazielle. Os Terena em Mato Grosso do Sul. *In*: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, p. 249-266. 2018.

NOAL, Mirian Lange. **As crianças Guarani/Kaiowá: o mitã reko** na Aldeia Pirakuá/MS. Orientadora: Ana Lúcia Goulart de Faria. 2006. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, pág. 213-230, dezembro de 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 11 de jun. 2020.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". *In*: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. (Org.) **Experimentos com história de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2020.

SILVA, Aracy Lopes da; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Ângela (Orgs.). **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo: Global, 2002.

TONUCCI, Francesco. Não percamos esse tempo precioso com lição de casa. **El País**. Barcelona, ES. 12 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-12/francesco-tonucci-nao-percamos-esse-tempo-precioso-dando-deveres.html> Acesso em: 3 maio 2020.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

CRIANÇAS PEQUENAS TERENA: REENCONTROS ANCESTRAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Terena small children: ancestral meetings in pandemic times

Mirian Lange Noal

Doutora em Educação/FE/Unicamp
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Faculdade de Educação,
Campo Grande/MS, Brasil
Professora Associada II

Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagens e Educação (Geple)
Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas (sócio)linguísticas, identidades e ensino (Posliden)

miriannoal@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3578-8032>

Denise Silva

Pós-doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural/Miranda/MS/Brasil
denisemiranda83@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4558-7100>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua Arlindo Sampaio Jorge, 590, Campo Grande/MS, Nova Bahia. 79.034-510.

AGRADECIMENTOS

Honramos e agradecemos ao coletivo Terena que habita as Terras Indígenas Cachoeirinha, Lalima e Pílad Rebuá, região de Miranda (MS), por compartilharem saberes e experiências.

Agradecemos às crianças, nossas mestras.

Nossa especial gratidão ao professor indígena Anésio Alfredo Pinto, falecido em 24 de setembro de 2020, vítima da Covid-19. Honramos a sua vida e a sua trajetória como indígena e educador.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M. L. Noal, D. Silva

Coleta de dados: D. Silva

Análise de dados: M. L. Noal, D. Silva

Discussão dos resultados: M. L. Noal, D. Silva

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

Uma das autoras desse artigo, Denise Silva, desenvolve atividades acadêmicas e ligadas a uma organização não governamental, estando constantemente nas aldeias de Miranda (MS). Tem autorização para realizar pesquisas e publicar. Considerando as dificuldades causadas pela pandemia e o tempo para realizar a pesquisa, não submetemos o projeto a Comitê de Ética em Pesquisa. Também por compreendermos que não interferimos diretamente no cotidiano das aldeias e não submetemos os pesquisadores locais e os participantes a eventuais riscos. Nesse contexto, optamos por não utilizar imagens.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss - Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 02-11-2020 – Aprovado em: 26-11-2020